



RELATÓRIO DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO POSTO AVANÇADO DA JUSTIÇA DO TRABALHO DE NOVA PRATA EM 06.04.2016

Aos 06 dias do mês de abril de 2016, compareceu à sede do Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Nova Prata a Excelentíssima Senhora, **MARIA DA GRAÇA RIBEIRO CENTENO**, Desembargadora Corregedora do Tribunal do Trabalho da 4ª Região, acompanhada da Assistente da Assessoria Administrativa da Secretaria da Corregedoria, Adriana Stangler, e da Assistente da Assessoria Técnica-Operacional Cristina Bottega, para Correição Ordinária anual, nos termos legais e regimentais, conforme os autos do Processo Administrativo nº 0000491-15.2016.5.04.0000. A Desembargadora Corregedora e a sua equipe foram recebidas pela Juíza Substituta designada, Roberta Testani, pela Assistente-Chefe do Posto, Maria Augusta Brusque da Silva, e pelos servidores à disposição dessa Unidade Judiciária. Com base nas informações prestadas pelos Gestores, nos autos de processos analisados e nos dados oriundos dos sistemas disponibilizados a essa Corregedoria Regional, apurou-se o seguinte:

1 INFORMAÇÕES GERAIS

Data da instalação do Posto Avançado: 04.08.1997

Data da última correição realizada: 10.06.2015

Data de Implantação do PJe: 05.09.2014

Abrangência: Cotiporã; Fagundes Varela; Guabiju; Nova Araçá; Nova Bassano; Nova Prata; Paraí; Protásio Alves; São Jorge; Veranópolis; Vila Flores e Vista Alegre do Prata.

1.1 Período Correccionado: de 1º.01.2015 a 06.04.2016

2 ESTRUTURA FUNCIONAL

2.1 JUÍZES

2.1.1 Juíza Atual

Juíza	Situação	Período
Carolina Cauduro Dias de Paiva* (em férias)	Juíza Substituta lotada	Desde 13.04.2015

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 11.03.2016)

* Constam férias agendadas para a Juíza no período de 14.03 a 12.04.2016.



2.1.2 Circunscrição

Nos termos da Portaria nº 01/2015, da Corregedoria Regional deste TRT, o Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Nova Prata encontra-se vinculado ao Foro Trabalhista de Bento Gonçalves, que pertence à 55ª circunscrição da jurisdição territorial da Justiça do Trabalho da 4ª Região. Essa circunscrição é dotada de lotação de 03 Juizes do Trabalho Substitutos, sendo que um deles atua no Posto Avançado, a saber, a Juíza do Trabalho Substituta **Carolina Cauduro Dias de Paiva**.

2.1.3 Juizes que Atuaram no Período Correccionado

	Juiz (a)	Período(s)	Situação/Motivo	Total
1	Gustavo Friedrich Trierweiler	05.11.2014 a 20.01.2015	Juiz Substituto lotado	2 meses e 16 dias
2	Carolina Cauduro Dias de Paiva	Juíza Substituta lotada desde 13.04.2015		-
3	Jaqueline Maria Menta	21.01 a 06.02.2015 16.02 a 12.04.2015	Vacância da lotação na Unidade Judiciária	73 dias
4	Kelen Patrícia Bagetti	19 a 25.10.2015 26.10 a 17.11.2015	Férias da Juíza Substituta lotada	31 dias
		04 e 05.03.2016	Afastamento da Juíza Substituta lotada, conforme PA nº 0000502- 44.2016.5.04.0000	
5	Milena Ody	07 a 15.02.2015	Vacância da lotação na Unidade Judiciária	9 dias
6	Roberta Testani	14.03 a 06.04.2016*	Férias da Juíza Substituta lotada	23 dias

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 11.03.2016, atualizada em 07.04.2016)

* O período total de designação compreende os dias entre 14.03 e 12.04.2016, porém, para os fins deste relatório, foi descontada a fração temporal excedente à data da visita para correição.

2.1.4 Afastamentos dos Juizes Substitutos Lotados durante o Período Correccionado

	Juiz (a)	Motivo	Dias de Afastamento	Total
Substitutos lotados	Gustavo Friedrich Trierweiler	-	-	-
	Carolina Cauduro Dias de Paiva	Férias	19.10 a 17.11.2015 14.03 a 06.04.2016*	62 dias
		Afastamento conforme PA nº 0000502- 44.2016.5.04.0000	04 e 05.03.2016	

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 11.03.2016)



* O período de férias da Juíza está agendado para terminar em 12.04.2016, no entanto o lapso temporal compreendido após a data da visita correcional foi desconsiderado dada a finalidade deste relatório.

2.2 SERVIDORES

2.2.1 Servidores lotados nas Varas do Trabalho de Bento Gonçalves à Disposição do Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Nova Prata

Considerando o que consta no Provimento CGJT nº 02/2015 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, na recomendação contida na Ata de Correição Ordinária da CGJT realizada na 4ª Região em 2015, e ainda conforme os Processos Administrativos nº 0003511-48.2015.5.04.0000 e nº 0004510-98.2015.5.04.0000, restou determinado, dentre outros aspectos, que a lotação de pessoal ocorrerá exclusivamente em Vara do Trabalho quando na circunscrição houver Posto Avançado.

Assim, os servidores anteriormente lotados em Postos Avançados vinculados à Vara única foram relotados na respectiva Vara, e os servidores lotados em Postos vinculados a Foro Trabalhista com mais de uma Unidade Judiciária, foram distribuídos proporcionalmente entre as Varas pertencentes àquele Foro. Desta forma, cada Posto Avançado funcionará com servidores lotados em Vara que estarão à disposição da unidade vinculada.

No entanto, caso os Postos Avançados contem com Analistas Judiciários – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal, tais servidores permanecerão lotados na Vara Única ou na Central de Mandados, conforme o caso.

Apresenta-se na tabela a seguir a lista de pessoal lotado nas Varas do Foro Trabalhista de Bento Gonçalves e colocado à disposição do Posto Avançado de Nova Prata, à exceção do Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal Jones Márcio Fiorenza Colpo, lotado na Central de Mandados.

	Servidor (a)	Cargo	Função	Lotação
1	Maria Augusta Brusque da Silva	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente-Chefe de Posto Vara (FC05)	2ª Vara do Trabalho de Bento Gonçalves
2	Alexandre Lange	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente (FC02)	1ª Vara do Trabalho de Bento Gonçalves
3	Ana Paula Greff Athayde	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	1ª Vara do Trabalho de Bento Gonçalves



4	Gilberto Alexandre Hansen	Analista Judiciário - Área Judiciária	-	2ª Vara do Trabalho de Bento Gonçalves
5	Marli Gazzoni	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	2ª Vara do Trabalho de Bento Gonçalves
6	Rejane Ferreira Viana	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	2ª Vara do Trabalho de Bento Gonçalves
7	Lucas Marcel Fernandes Goulart	Analista Judiciário - Área Administrativa	-	1ª Vara do Trabalho de Bento Gonçalves
-	Jones Marcio Fiorenza Colpo	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	Central de Mandados do Foro Trabalhista de Bento Gonçalves

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 03.03.2016)

2.2.2 Padronização da Estrutura de Pessoal – Resolução nº 63/CSJT

A padronização da Estrutura de Pessoal encontra-se informada nas atas de correição das Varas do Trabalho e da Coordenadoria de Controle da Direção do Foro e Central de Mandados do Foro Trabalhista de Bento Gonçalves.

2.2.3 Afastamentos dos Servidores durante o Período Correcionado

Os afastamentos dos servidores à disposição do Posto Avançado de Nova Prata podem ser consultados nas atas de correição das Varas do Trabalho de Bento Gonçalves, conforme a respectiva lotação informada na tabela do item 2.2.1, à exceção do Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal lotado na Central de Mandados, Jones Márcio Fiorenza Colpo, informados na respectiva ata.

2.2.4 Greve dos Servidores durante o Período Correcionado

Considerando sua influência nos dados estatísticos, registra-se o **movimento grevista deflagrado pelos servidores do Judiciário Federal no ano de 2015**. No Posto Avançado da Justiça do Trabalho inspecionado, houve restrição de horário do expediente externo das **14 às 18h** no período de **17.06 a 25.09.2015**, totalizando mais de 3 meses de adesão à greve pelos servidores da Unidade Judiciária, conforme as Portarias nº 01 e 02/2015, expedidas pelo



então Juiz Diretor do Foro Trabalhista de Bento Gonçalves, Silvionei do Carmo e pela Juíza Substituta Carolina Cauduro Dias de Paiva.

2.2.5 Movimentação de Servidores durante o Período Correccionado

A movimentação de servidores encontra-se disponível para consulta nas atas de correição das Varas do Trabalho e da Coordenadoria de Controle da Direção do Foro e Central de Mandados de Bento Gonçalves.

2.2.6 Estagiários

	Estagiário (a)	Curso em Andamento	Período
1	Rodrigo Lorenzini	Superior em Direito	11.08.2014 a 10.08.2016
2	Maikeli Stella	Superior em Direito	26.01.2015 a 25.07.2016

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 07.03.2016)

2.3 CAPACITAÇÃO

2.3.1 Capacitação dos Juízes Substitutos Lotados durante o Período Correccionado

Juiz(a)		Gestão Estratégica (em horas)	PJe (em horas)	Demais Cursos (em horas)	Total (em horas)
Substitutos lotados	Gustavo Friedrich Trierweiler	-	-	36,5	36,5
	Carolina Cauduro Dias de Paiva	-	-	66,5	66,5

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 17.03.2016 – a totalização da carga horária de capacitação não leva em consideração a data de vinculação do Magistrado nem sua permanência em uma Unidade Judiciária específica).

2.3.2 Capacitação dos Servidores durante o Período Correccionado

A capacitação dos servidores encontra-se informada nas respectivas atas de correição das Varas do Trabalho e da Coordenadoria de Controle da Direção do Foro e Central de Mandados do Foro Trabalhista de Bento Gonçalves.

3 MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

3.1 FAIXA DE MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL DA UNIDADE

Nos termos dos anexos III e IV da Resolução nº 63/2010 do CSJT, foram estabelecidas faixas de movimentação processual para padronização estrutural e de pessoal dos órgãos de primeiro grau da Justiça do Trabalho. Para fins comparativos e de análise da evolução dos dados estatísticos, as



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Varas do Trabalho da 4ª Região foram classificadas conforme os critérios de movimentação processual estabelecidos naquela Resolução.

Em que pese se tratar de Posto Avançado cujos processos estão vinculados às duas Varas do Foro Trabalhista de Bento Gonçalves, para fins de análise de desempenho, a Unidade foi enquadrada na faixa de movimentação processual de 751 a 1.000 processos por ano. Dessa forma, os dados estatísticos da Unidade serão comparados com a média das demais Unidades Judiciárias situadas na mesma faixa de movimentação processual constantes do quadro abaixo, bem como com a média de toda as unidades de 1ª instância de todo o TRT4.

Unidades Judiciárias com 751 a 1.000 processos por ano	2013	2014	2015	Média
Cachoeira do Sul - 1ª Vara	954	1.070	912	978,67
Encantado - 1ª Vara	1.122	593	760	825,00
Erechim - 1ª Vara	589	904	967	820,00
Erechim - 2ª Vara	553	914	963	810,00
Erechim - 3ª Vara	971	908	976	951,67
Esteio - 1ª Vara	723	779	841	781,00
Esteio - 2ª Vara	777	782	887	815,33
Estrela - 1ª Vara	931,67	931,67	931,67	931,67
Estrela - 2ª Vara	931,67	931,67	931,67	931,67
Frederico Westphalen - 1ª Vara	757	959	926	880,67
Nova Prata - PAJT	847	922	1068	945,67
Rio Grande - 1ª Vara	738	802	1.009	849,67
Rio Grande - 2ª Vara	727	858	1.023	869,33
Rio Grande - 3ª Vara	820	820	1.083	907,67
Rio Grande - 4ª Vara	776	868	1.062	902,00
Santa Pana do Livramento - 1ª Vara	719	812	755	762,00
Santa Rosa - 1ª Vara	610	727	1.018	785,00
Santa Rosa - 2ª Vara	632	694	1.002	776,00
São Borja - 1ª Vara	919	787	794	833,33
Sapucaia do Sul - 1ª Vara	955	979	1.004	979,33
Sapucaia do Sul - 2ª Vara	939	969	1.012	973,33
Soledade - 1ª Vara	837	936	821	864,67
Vacaria - 1ª Vara	838	970	813	873,67
Unidades com 701 a 1.000 processos por	17.819	18.994	20.491	868,26



(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.03.2016)

3.2 ACERVO DE PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO

Situação	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 29.02)	Variação 2015-2016
Pendentes de finalização na fase de conhecimento*	1.367	1.315	-3,80%	1.429	8,67%
Pendentes de finalização na fase de liquidação**	81	99	22,22%	93	-6,06%
Pendentes de finalização na fase de execução***	768	646	-15,89%	649	0,46%
Cartas precatórias e de ordem pendentes de devolução	39	42	7,69%	46	9,52%
Total	2.255	2.102	-6,78%	2.217	5,47%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.03.2016)

* Consideram-se finalizados, na fase de conhecimento, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com entrega definitiva dos autos à parte; d) com início da fase de liquidação ou de execução.

** Consideram-se finalizados, na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada.

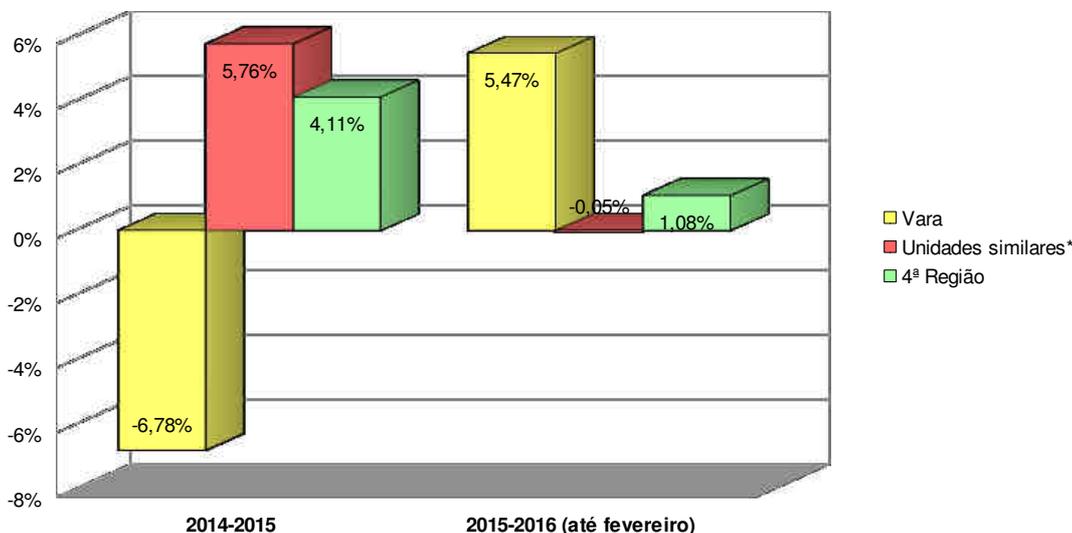
*** Consideram-se finalizados os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

No ano de 2015, houve redução de 6,78% de processos tramitando na Unidade Judiciária. Em números de processos, a execução foi a fase que mais contribuiu para a diminuição desse estoque (redução de 122 processos). Por outro lado, o número de processos pendentes na fase de liquidação aumentou em 18 processos em 2015 (correspondendo a uma elevação de 22,22%).

A variação do acervo de processos no Posto Avançado de Nova Prata em 2015 destoou positivamente do resultado apresentado pelas demais Unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual, que avançou 5,76%, e também da média de toda 4ª Região no período, quando registrada uma elevação de 4,11% dos processos em tramitação. Todavia, no período de janeiro a fevereiro de 2016 o estoque de processos tramitando avançou 5,47%, índice acima da média das unidades similares e da média regional no período, como aponta o gráfico abaixo:



Variação do acervo de processos tramitando



3.3 FASE DE CONHECIMENTO

3.3.1 Processos Pendentes de Solução

	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 29.02)	Variação 2015-2016
Casos novos	922	1.068	15,84%	178	-83,33%
Sentenças anuladas/reformadas	6	3	-50,00%	0	-100,00%
Processos solucionados (com e sem resolução de mérito)*	842	742	-11,88%	116	-84,37%
Processos pendentes de solução	598	751	25,59%	818	8,92%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.03.2016)

* Consideram-se solucionados, na fase de conhecimento, os processos em que proferida decisão com ou sem resolução de mérito

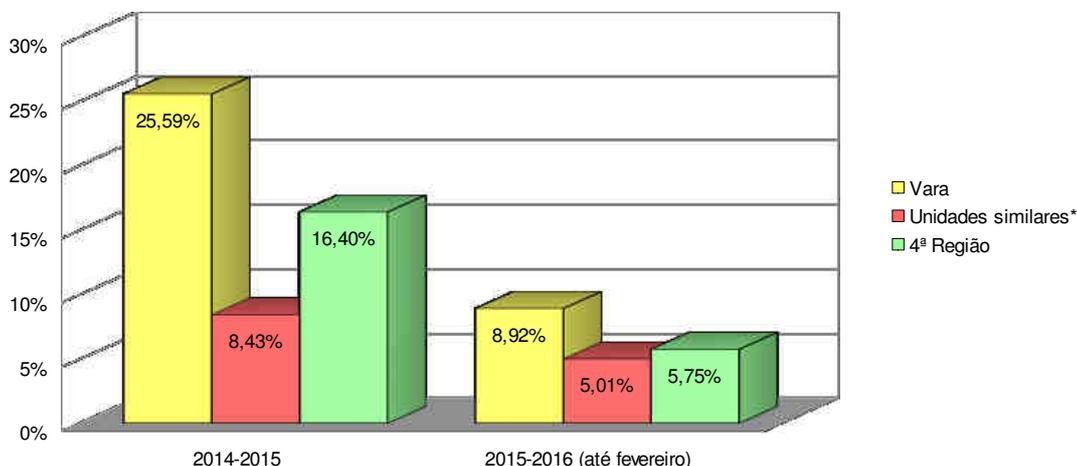
No ano de 2015, registrou-se uma elevação de 25,59% no estoque de processos pendentes na fase de conhecimento em relação ao período anterior (de 598 para 751 processos). Tal aumento superou a média das unidades de mesma faixa de movimentação processual (as quais registraram uma elevação de 8,43%) e a média de todo o regional (onde o número de processos pendentes na fase de conhecimento avançou 16,40%). O principal motivo para o aumento do estoque foi o aumento no número de casos novos no ano 2015 (15,84%), combinado com uma redução de 11,88% no número de processos solucionados.

Outrossim, os dados dos dois primeiros meses de 2016 apontam aumento de 8,92% no estoque de processos pendentes na fase de conhecimento. Esse índice é superior às médias das demais unidades



constantes da mesma faixa de movimentação processual e da média da 1ª instância de toda a 4ª Região no mesmo período de 2016, conforme demonstrado no gráfico abaixo:

Varição dos processos pendentes na fase de conhecimento



Ainda quanto aos processos pendentes de solução na fase de conhecimento, verifica-se que a maior parte destes se encontrava aguardando a designação de audiência inicial em 31.12.2015 (41,20%). Além disso, convém destacar que, no período de 31.12.2014 a 29.02.2016, o número de processos aguardando a prolação de sentença com prazo vencido na Unidade avançou de 0 para 84 processos. Especificações no quadro abaixo:

Situação dos processos pendentes na fase de conhecimento					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 29.02)	Variação 2015-2016
Aguardando 1ª sessão de audiência	186	310	66,67%	337	8,71%
Aguardando encerramento da instrução	365	280	-23,29%	329	17,50%
Aguardando prolação de sentença – no prazo	47	107	127,66%	68	-36,45%
Aguardando prolação de sentença – com prazo vencido	0	54	-	84	55,56%
TOTAL	598	751	25,59%	818	8,92%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.03.2016)

3.3.2 Processos solucionados em relação aos distribuídos* e em relação aos pendentes de julgamento**

Processos solucionados em relação aos distribuídos					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 29.02)	Variação 2015-2016
Nova Prata–Posto Avançado	91,32%	69,48%	-23,92%	65,17%	-6,20%



Unidades similares*	90,54%	92,94%	2,65%	75,19%	-19,10%
TRT4 - 1ª Instância	85,97%	89,11%	3,66%	71,67%	-19,58%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.03.2016)

* Fórmula: [número de processos solucionados / processos recebidos]

Em 2015, foram solucionados na Unidade Judiciária 69,48% dos processos distribuídos no mesmo período, constatando-se uma redução de 23,92% em relação ao índice do ano anterior. Ademais, o índice da Unidade foi inferior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e à média geral do TRT4 em 23,46 e 19,63 pontos percentuais, respectivamente.

Processos solucionados em relação ao total de processos pendentes de julgamento					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.01)	Variação 2015-2016
Nova Prata-Posto Avançado	58,11%	44,54%	-23,35%	12,49%	-71,96%
Unidades similares*	64,72%	66,05%	2,06%	20,01%	-69,70%
TRT4 - 1ª Instância	55,85%	55,20%	-1,16%	12,60%	-77,18%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 10.02.2016)

** Fórmula: [número de processos solucionados / (resíduo anterior + processos recebidos)]

Quando considerado na base de cálculo o resíduo de processos pendentes do período anterior, o índice de processos julgados pelo Posto Avançado de Nova Prata foi de 44,54% do número total de processos pendentes de julgamento, resultado 23,35% inferior ao verificado no ano anterior. Esse desempenho foi superado pela média das demais unidades da mesma faixa de movimentação processual em 21,51% e menor que a média de toda a 4ª Região em 10,66%.

3.3.3 Processos Solucionados

Processos solucionados							
Tipo de solução		2014		2015		2016 (até 29.02)	
		QTD	%	QTD	%	QTD	%
Com exame de mérito	Conciliação	481	57,13	384	51,75	43	37,07
	Julgado procedente	8	0,95	7	0,94	2	1,72
	Julgado procedente em parte	170	20,19	190	25,61	50	43,1
	Julgado improcedente	90	10,69	57	7,68	8	6,9
	Extinto	9	1,07	2	0,27	0	0
	Outras decisões	0	0	0	0	0	0
	Subtotal	758	90,02	640	86,25	103	88,79



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Sem exame de mérito	Extinto	12	1,43	13	1,75	1	0,86
	Arquivamento (art. 844 CLT)	45	5,34	70	9,43	9	7,76
	Desistência	22	2,61	18	2,43	3	2,59
	Outras decisões	5	0,59	1	0,13	0	0
	Subtotal	84	9,98	102	13,75	13	11,21
TOTAL		842	100	742	100	116	100

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.03.2016)

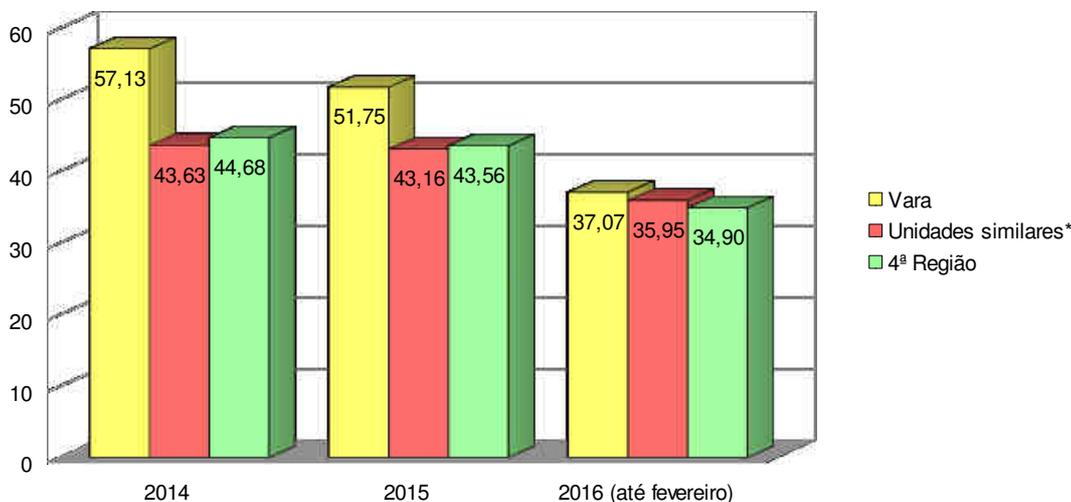
Verificou-se diminuição de 100 processos solucionados na Unidade Judiciária em 2015, na comparação com o ano anterior, o que representa um decréscimo de 11,88%. Essa queda destoa, negativamente, das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual (as quais registraram uma elevação média de 9,54% no número de processos solucionados na comparação com o ano de 2014), bem como em relação à média de todo o regional (que, em 2015, apresentou um aumento de 8,13% no número de processos solucionados em relação ao ano anterior).

Dentre os tipos de solução, verificou-se queda no número de decisões com resolução de mérito na Unidade. Excluídas as homologações de acordo, no ano de 2014 foram proferidas 277 decisões com resolução de mérito na Unidade; em 2015, esse número alcançou 256 decisões, representando uma redução de 7,58%. Dessa forma, o desempenho da Unidade nesse quesito foi de encontro às situações verificadas nas demais unidades com mesma movimentação processual e à média regional, que registraram, respectivamente, aumentos de 12,48 e 7,56 pontos percentuais.

Ademais, a análise do quadro acima demonstra queda do percentual de processos solucionados por conciliação na Unidade Judiciária. Em 2014, o número de conciliações na fase de conhecimento foi de 481, representando 57,13% dos processos solucionados. Já em 2015, o número total de conciliações caiu para 384, correspondendo a 51,75% das soluções na fase de conhecimento. Apesar da redução, constatou-se que o índice apresentado pela Unidade em 2015 foi superior à média das demais unidades com tramitação processual similar à correccionada, que foi de 43,16%, e maior que a média em toda a 4ª Região, que foi de 43,53%, conforme explicitado no gráfico que segue:



Percentual de conciliações nos processos solucionados



3.4 FASE DE LIQUIDAÇÃO

3.4.1 Processos pendentes de liquidação

	Liquidações				
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 29.02)	Variação 2015-2016
Iniciadas	156	172	10,26%	15	-91,28%
Encerradas	177	153	-13,56%	22	-85,62%
Pendentes	68	95	39,71%	88	-7,37%
Arquivo Provisório	4	0	-100,00%	0	-

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.03.2016)

O número de processos pendentes na fase de liquidação avançou de 68, em 2014, para 95, em 2015, importando em uma elevação de 39,71%. Esse percentual destoou da média das demais unidades com tramitação processual similar, cuja queda foi de 6,17%, e superou o índice de toda a primeira instância da 4ª Região, cujo estoque de processos pendentes na fase de liquidação subiu de 27.324 em dezembro de 2014 para 28.935 em dezembro de 2015 (aumento de 5,90%).

Um dos principais motivos desse aumento foi a redução de 13,56% no número de liquidações encerradas na Unidade na comparação entre 2014 e 2015, combinado com um aumento de 10,26% no número de liquidações iniciadas no mesmo período.

Nos dois primeiros meses de 2016, entretanto, houve recuo de 7 processos pendentes na fase de liquidação em relação a 31.12.2015 - o que corresponde a uma queda de 7,37%, resultado superior à média das demais unidades com movimentação similar (-1,14%) e que destoou positivamente da média de todo o TRT4 no período (1,89%).



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

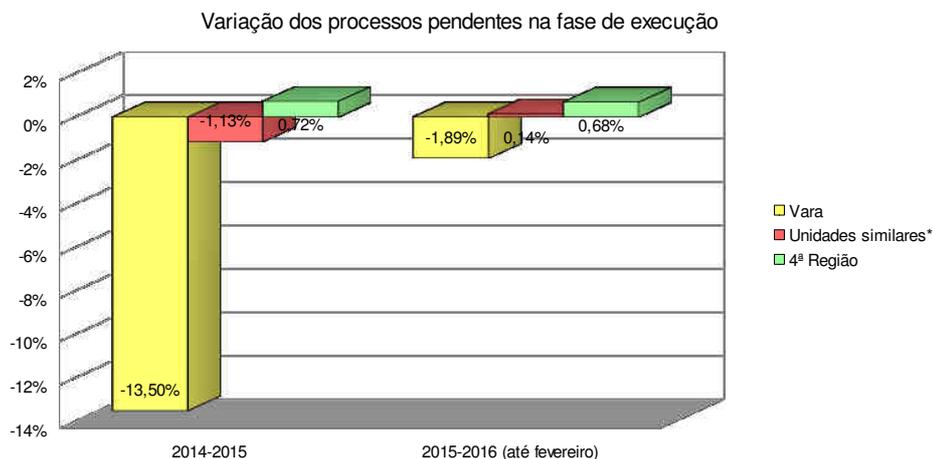
Saídas	Encerradas	280	334	19,29%	31	-90,72%
	Arquivadas Provisoriamente	35	4	-88,57%	0	-100,00%
Pendentes	Exclusivamente crédito previdenciário	16	14	-12,50%	14	0,00%
	Demais	473	409	-13,53%	401	-1,96%
	Total	489	423	-13,50%	415	-1,89%
Saldo no arquivo Provisório		304	243	-20,07%	240	-1,23%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.03.2016)

Em 2015, o estoque de execuções pendentes no Posto Avançado de Nova Prata caiu de 489 para 423 processos, o que corresponde a um recuo de 13,50% em relação ao ano anterior. Esse índice superou o desempenho das demais unidades com movimentação processual similar, que caiu 1,13% em 2015, e destoou positivamente da média regional, que registrou elevação de 0,72%.

O principal fator a contribuir para essa redução foi o aumento de 19,29% no número de execuções encerradas na Unidade em relação ao ano anterior, combinada com uma queda de 11,69% no número de liquidações iniciadas na comparação entre esses dois períodos.

Além disso, os dados colhidos no período de janeiro a fevereiro de 2016 apontam nova queda de 1,89% no estoque de processos pendentes na fase de execução, resultado positivo na comparação com a média das unidades similares e com a média regional no mesmo período, conforme esclarecido no gráfico abaixo.





3.5.2 Execuções encerradas em relação às iniciadas* e em relação ao total pendente de encerramento**

Execuções encerradas em relação às iniciadas					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 29.02)	Variação 2015-2016
Nova Prata–Posto Avançado	121,21%	163,73%	35,07%	134,78%	-17,68%
Unidades similares*	98,23%	79,12%	-19,45%	71,76%	-9,30%
TRT4 - 1ª Instância	95,90%	80,03%	-16,54%	65,70%	-17,90%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.03.2016)

* Fórmula: [número de execuções encerradas / número de execuções iniciadas]

Em 2015, foram encerradas na Unidade Judiciária 163,73% das execuções iniciadas no mesmo período, constatando-se uma majoração de 35,07% em relação ao índice do ano anterior. Ademais, o índice da Unidade foi superior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e à média geral do TRT4 em 90,15 e 83,70 pontos percentuais, respectivamente.

Execuções encerradas em relação ao total pendente de encerramento					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 29.02)	Variação 2015-2016
Nova Prata–Posto Avançado	24,39%	33,50%	37,35%	4,50%	-86,57%
Unidades similares*	18,32%	16,44%	-10,26%	2,11%	-87,19%
TRT4 - 1ª Instância	15,51%	15,39%	-0,79%	2,33%	-84,86%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.03.2016)

** Fórmula: [número de execuções encerradas / (execuções pendentes do período anterior + número de execuções iniciadas)]

Quando considerado na base de cálculo o resíduo pendente do ano anterior, o índice de execuções encerradas pela Unidade em 2015 foi de 33,50% do número total de execuções a encerrar – resultado 37,35% maior que o verificado no ano anterior. Esse desempenho também foi superior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e à média geral do TRT4 em 7,06 e 18,11 pontos percentuais, respectivamente.

3.5.3 Banco Nacional de Devedores Trabalhistas

BNDT					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 29.02)	Variação 2015-2016
Processos com inclusão de devedor no BNDT	132	75	-43,18%	13	-82,67%
Processos com exclusão de devedor no BNDT	104	266	155,77%	21	-92,11%



Saldo de processos com devedores inscritos no BNDT	599	432	-27,88%	427	-1,16%
---	-----	-----	---------	-----	--------

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.03.2016)

O Banco Nacional de Devedores Trabalhistas – BNDT, banco de dados de pessoas físicas e jurídicas devedoras inadimplentes em processo de execução trabalhista definitiva, foi organizado para expedição da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT. A fim de que se mantenham fidedignas as informações prestadas pela CNDT, impõe-se a atenção das Unidades Judiciárias de primeiro grau aos procedimentos de inclusão, alteração e exclusão de dados dos executados no referido banco de dados.

Nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011, os atos relacionados à alteração da condição e exclusão do devedor no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) devem ser realizados com prioridade pelas Unidades Judiciárias. Para verificação do pleno cumprimento desse item pelo Posto Avançado de Nova Prata, foi realizado um cotejo entre a listagem de execuções encerradas definitivamente desde 01.01.2012 e a listagem do saldo de processos com devedores ainda inscritos no BNDT em 29.02.2016. Dessa consulta, resultou uma lista de **08 processos** com execução encerrada definitivamente e que ainda possuem devedores inscritos no BNDT. A título de amostragem, relaciona-se a situação processual nos processos abaixo:

1	Processo nº 0000996-35.2010.5.04.0511
Situação processual: Em 05.11.2013, foi homologado acordo na fase de execução. O pagamento do acordo se deu de forma parcelada, sendo a última comprovação de depósito realizada em 08.04.2014. Há andamento interno registrado no sistema informatizado no dia 28.05.2014 com a informação “para arquivar processo”. Em 10.06.2014, foi inserido no sistema informatizado o andamento “extinta a execução”. Não há mais nenhuma movimentação processual no processo desde aquela data. Histórico BNDT: Em 29.11.2013, a reclamada Centro de Formação de Condutores Veranópolis Ltda. teve seus dados inseridos no sistema informatizado com a informação “exigibilidade do crédito suspensa”.	
2	Processo nº 0000026-62.2013.5.04.0662
Situações processuais similares ao processo nº 0130800-32.2005.5.04.0511.	
3	Processo nº 0124500-49.2008.5.04.0511
Situação processual: Em 25.11.2009, o processo foi apensado à reclamationária de nº 0006700-34.2007.5.04.0511. Nessa reclamationária, foi proferido despacho em 10.04.2015, extinguindo a execução, determinando a liberação da penhora, devolução de documentos às partes e o arquivamento dos autos. Nessa mesma data, foi inserido no sistema informatizado o andamento “extinta a execução” e registrada a quitação do débito da reclamada junto ao BNDT. Em 01.12.2015, os autos foram arquivados definitivamente, sem registro de dívida. Histórico BNDT: Em 29.05.2013, a reclamada Indústria de Torneados Belvedere Ltda. teve seus dados inseridos no BNDT com a informação “exigibilidade do crédito suspensa”. Apesar de ter sido registrada a quitação do débito da empresa no processo principal, o mesmo procedimento não foi adotado no processo apensado.	



4	Processo nº 0130800-32.2005.5.04.0511
Situação processual: Em 09.06.2015, foi proferido despacho que declarou extinta a execução em face do pagamento do débito, determinou a exclusão de registros do BDNT e o arquivamento dos autos. Em 11.06.2015, foi inserido no sistema informatizado o andamento “extinta a execução” e, em 14.09.2015, o processo foi arquivado definitivamente, sem registro de débitos. Histórico BNDT: Em 05.06.2013, os reclamados <i>Indústria de Móveis Alemmar Ltda.</i> e <i>Olmar Primieri</i> tiveram seus dados inseridos no BNDT com a informação “sem garantia total do juízo”. Em 11.06.2016, foi registrada a quitação do débito apenas em relação ao primeiro reclamado.	
5	Processos nº 0010255-49.2013.5.04.0511, 0010016-16.2011.5.04.0511, 0010292-39.2014.5.04.0512, 0008300-90.2007.5.04.0511
Situações processuais similares ao processo nº 0130800-32.2005.5.04.0511.	

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.03.2016)

Sinala-se, finalmente, que é do conhecimento desta Corregedoria que o sistema e-Gestão não está extraindo as informações de exclusão de devedores no BNDT nos processos judiciais eletrônicos (PJe-JT). Já foram solicitadas informações ao Comitê Gestor do e-Gestão acerca da matéria.

3.6 INCIDENTES PROCESSUAIS

	Incidentes processuais								
	2014			2015			2016 (até 29.02)		
	Rece- bidos	Julgados	Pen- dentes	Rece- bidos	Julgados	Pen- dentes	Rece- bidos	Julgados	Pen- dentes
Embargos de declaração	128	139	21	66	45	39	14	21	29
Antecipações de tutela	42	37	12	17	36	11	16	4	23
Impugnações à sentença de liquidação	25	24	15	28	29	10	3	0	13
Embargos à execução	40	46	33	43	16	38	17	3	48
Embargos à arrematação	0	0	0	1	1	0	0	0	0
Embargos à adjudicação	1	0	1	1	1	1	0	0	1
Exceções de pré-executividade	5	5	2	8	2	4	0	0	4
TOTAL	241	251	84	164	130	103	50	28	118

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.03.2016)

Com base nos dados do quadro acima, constatou-se que foram recebidos 164 incidentes processuais em 2015 na Unidade Judiciária, o que



corresponde a uma queda de 31,95% em relação ao ano anterior. Percebe-se, também, que o número de incidentes processuais julgados também caiu 48,21% na comparação entre os anos de 2014 e 2015, passando de 251 para 130; em face disso, o número total de incidentes processuais pendentes de decisão em 31.12.2015 avançou de 84 para 103 processos. Destaca-se, por fim, que em 29.02.2016 o saldo de incidentes processuais pendentes de decisão alcançou 118 processos, saldo 15,56% superior ao do final do período anterior – sendo que os embargos à execução são a espécie que correspondem à maior parte (40,68%) dos incidentes ainda pendentes.

Ainda em relação aos incidentes processuais pendentes de decisão, constatou-se que alguns foram apresentados há mais de seis meses sem que fossem os autos feitos conclusos ao Juiz e/ou sem registro de sua decisão conforme apontamentos no quadro abaixo:

1	Processo nº 0154600-50.2009.5.04.0511
Situação processual: Em 25.02.2014, a reclamada apresentou embargos à execução. Em 27.02.2014, foi proferido despacho determinando a suspensão do processo até o trânsito em julgado do Agravo de Instrumento, com posterior análise da admissibilidade do incidente da reclamada. Em 16.01.20016, foi certificado o trânsito em julgado do Agravo de Instrumento. Em 18.01.2016, foi proferido despacho que deixou de receber os embargos à execução, por intempestivos. 0010161-35.2012.5.04.0512	
2	Processo nº 0010220-52.2014.5.04.0512
Situação processual: Em 02.06.2014, a reclamante apresentou pedido de antecipação de tutela. Na mesma data, os autos foram conclusos para julgamento do incidente. Em 06.06.2014, foi proferido despacho que remeteu a análise da antecipação de tutela para após manifestação da reclamada. Em 18.06.2014, foi lançado no sistema informatizado nova conclusão dos autos para julgamento da antecipação de tutela. Em 04.07.2014, foi lançada a decisão que não concedeu a antecipação de tutela requerida. No entanto, em face do lançamento de duas conclusões para julgamento de antecipação de tutela, foram registradas duas entradas desse incidente, o que acabou gerando uma pendência inexistente no e-gestão, a qual perdura até o presente momento.	
3	Processo nº 0010161-35.2012.5.04.0512
Situação processual: Em 23.09.2014, o reclamante apresentou impugnação à sentença de liquidação. Em 13.10.2014, foi proferida decisão que deixou de receber o incidente, por intempestivo. No entanto, não foram lançados no sistema informatizado os andamentos de conclusão e de registro da decisão, motivo pelo qual a impugnação à sentença de liquidação permanece pendente junto ao sistema e-Gestão.	

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.03.2016)

Assim, diante das informações processuais descritas, verificam-se distorções estatísticas no relatório de incidentes processuais pendentes de decisão na Unidade Judiciária, os quais decorrem de erros de lançamento de andamentos processuais no sistema informatizado.



4 PRAZOS MÉDIOS DE TRAMITAÇÃO

4.1 FASE DE CONHECIMENTO

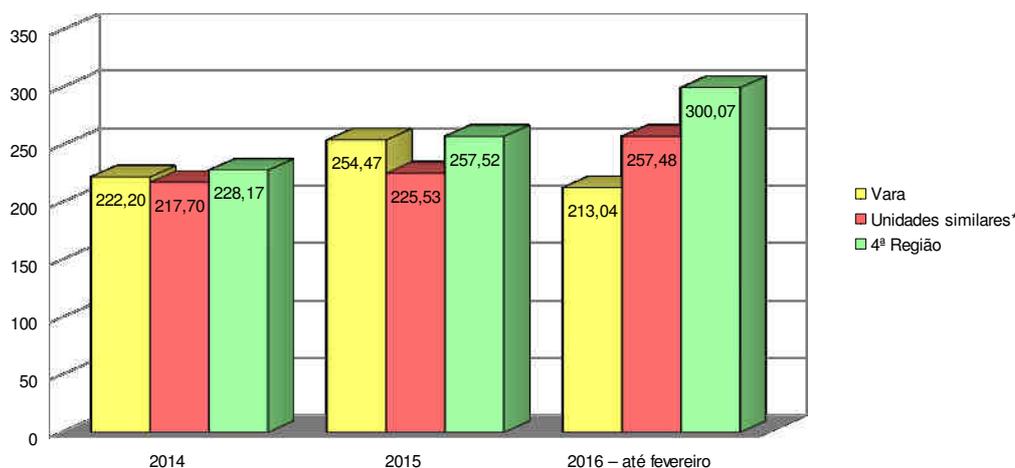
Prazos médios (em dias)						
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 29.02)	Variação 2015-2016
Do ajuizamento da ação à prolação da sentença	Média Sumaríssimo	74,75	89,70	19,99%	135,11	50,62%
	Média Ordinário	246,16	276,91	12,49%	228,97	-17,31%
	Média Geral	222,20	254,47	14,52%	213,04	-16,28%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.03.2016)

No ano de 2015, o prazo médio decorrido entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença na Posto Avançado de Nova Prata apresentou uma elevação de 14,52%, passando de 222,20 para 254,47 dias. No rito sumaríssimo, o prazo médio registrou aumento de 19,99% em relação à média do ano anterior, passando de 74,75 para 89,70 dias; por sua vez, o rito ordinário registrou um prazo médio de 276,91 dias, 12,49% mais moroso na comparação com 2014.

Apesar do aumento verificado, o lapso médio de tramitação processual total na fase de conhecimento na Unidade Judiciária em 2015 foi 12,83% mais moroso (28,94 dias) que o prazo das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual, e levemente mais célere (3,05 dias) que a média de toda as Unidades de 1ª instância do TRT4. Especificações no gráfico abaixo.

Prazo médio total - fase de conhecimento





4.2 FASE DE LIQUIDAÇÃO

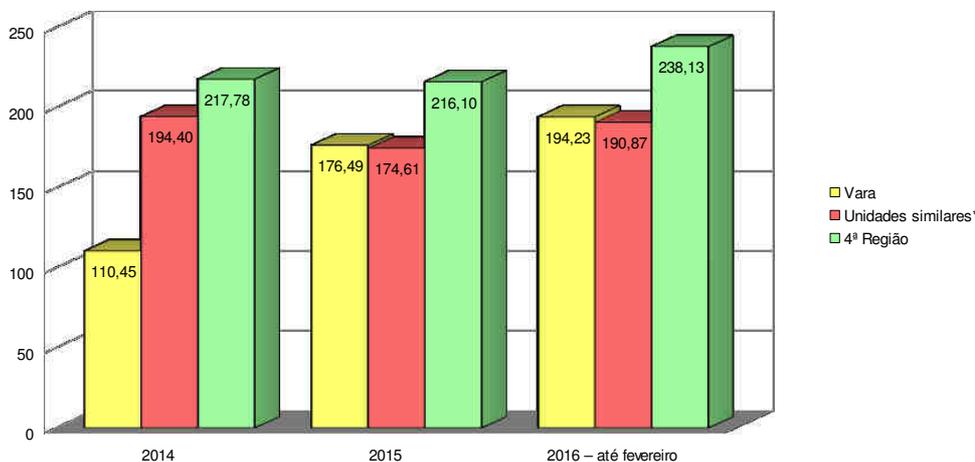
		Prazos médios (em dias)				
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 29.02)	Variação 2015-2016
Do início ao encerramento da liquidação	Média Sumaríssimo	97,38	86,83	-10,83%	450,5	418,83%
	Média Ordinário	112,68	189,61	68,27%	168,6	-11,08%
	Média Geral	110,45	176,49	59,79%	194,23	10,05%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.03.2016)

No ano de 2015, o prazo médio decorrido entre o início e o encerramento da liquidação, no rito sumaríssimo, foi de 86,83 dias, o que equivale a uma redução de 10,83% em relação à média do ano anterior. Em contrapartida, no rito ordinário o prazo médio alcançou 189,61 dias, 68,27% mais moroso na comparação com 2014.

Diante da elevação registrada, constatou-se que o lapso de tramitação processual total na fase de liquidação na Unidade Judiciária em 2015 foi 1,08% mais moroso (1,88 dias) que o desempenho de todas as Varas Trabalhistas constantes da mesma faixa de movimentação processual e 18,33% mais ágil (39,61 dias) na comparação com a média da 1ª instância de toda a 4ª Região.

Prazo médio total - fase de liquidação





4.3 FASE DE EXECUÇÃO

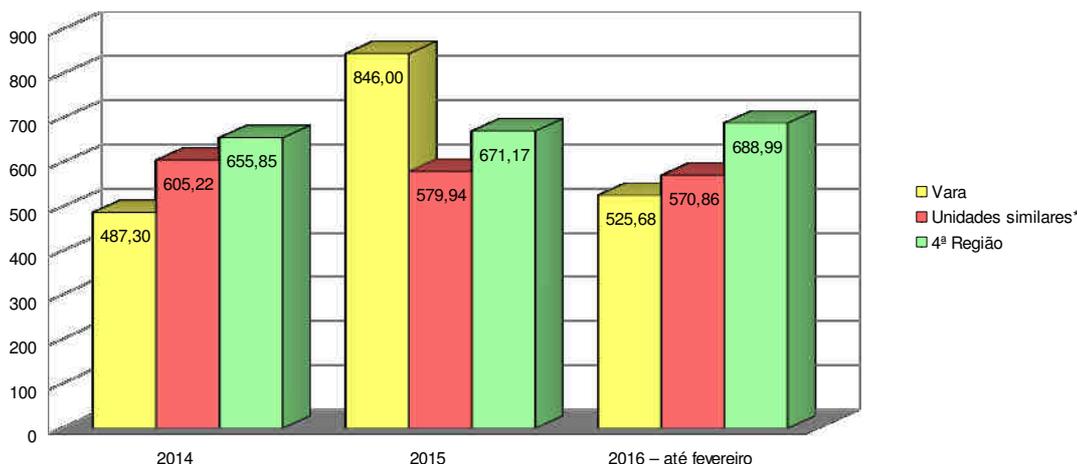
Prazos médios (em dias)						
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 29.02)	Variação 2015-2016
Do início ao encerramento da execução	Média Ente privado	481,27	847,05	76,00%	543,75	-35,81%
	Média Ente público	579,06	817,50	41,18%	92,00	-88,75%
	Média Geral	487,3	846	73,61%	525,68	-37,86%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.03.2016)

O prazo médio decorrido entre o início e o encerramento da fase de execução, nos processos em que o executado era ente privado, avançou de 481,27 dias, em 2014, para 847,05 dias, em 2015. Da mesma forma, quando o executado era ente público, o prazo médio de tramitação na fase de execução subiu de 579,06 dias, em 2014, para 817,50, em 2015.

Na comparação com os dados das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual em 2015, apresentados no gráfico abaixo, constatou-se que o tempo de tramitação total na fase de execução no Posto Avançado de Nova Prata foi 45,88% mais moroso (266,06 dias), e 26,05% mais longo (174,83 dias) que a média de toda a 4ª Região. Sinala-se que a Unidade em 2015 apresentou desempenho bastante abaixo daquele verificado em 2014, quando as médias processuais na Unidade foram mais céleres que as das demais unidades de faixa de movimentação processual similar e da média geral de todo o TRT4.

Prazo médio total - fase de execução





5 METAS

5.1 METAS DO CNJ – ANO DE 2015

5.1.1 Meta 1: “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”.

META 1/2015 CNJ			
Distribuídos até 31.12.2015	Solucionados até 31.12.2015	%	Resultado
1.522	742	48,75%	Meta não cumprida

5.1.2 Meta 2: “Identificar e julgar, até 31.12.2015, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2013”.

META 2/2015 CNJ			
Processos não julgados até 31.12.2013	Processos distribuídos até 31.12.2013 e julgados entre 1º.01.2014 e 31.12.2015	%	Resultado
526	510	96,96%	Meta cumprida

5.1.3 Meta 5: “Baixar, em 2015, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução”.

META 5/2015 CNJ			
Casos novos de execução em 2015	Execuções baixadas* em 2015	Grau de Cumprimento	Resultado
197	355	180,20%	Meta cumprida

* Segundo o Glossário das Metas de 2015, execuções baixadas correspondem aos processos de execução baixados definitivamente (Consulta e-Gestão D.06), bem como aquelas execuções em que pendente apenas pagamento de precatório, ou que pende apenas pagamento de custas processuais.

5.1.4 Meta 6: “Identificar e julgar até 31.12.2015 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2012, no primeiro grau, e até 31.12.2013, no segundo grau”.

META 6/2015 CNJ			
Ações coletivas não julgadas até 31.12.2012 (exceto os suspensos)	Ações coletivas distribuídas até 31.12.2012 e julgadas entre 1º.01.2013 e 31.12.2015	Grau de cumprimento	Resultado
0	0	-	Não Aplicável

5.1.5 Meta 7: “Identificar e reduzir em 1,5% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior”.



META 7/2015 CNJ					
Dez maiores litigantes TRT4, em 31.12.2014		Nº de processos tramitando na Unidade em 31.12.2014	Acervo de processos tramitando em 31.12.2015	Valor a ser alcançado	Resultado
1º	Wms Supermercados do Brasil Ltda.	0	0	0	Meta cumprida
2º	Estado do Rio Grande do Sul	0	1	0	Meta não cumprida
3º	Clinsul Mão de Obra e Representação Ltda. (Em Recuperação Judicial)	0	0	0	Meta cumprida
4º	Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan	6	13	5	Meta não cumprida
5º	União	1	0	0	Meta cumprida
6º	OI S.A.	1	3	0	Meta não cumprida
7º	Proservi Serviços de Vigilância Ltda. (Em Recuperação Judicial)	8	0	7	Meta cumprida
8º	Caixa Econômica Federal - CEF	2	12	1	Meta não cumprida
9º	Banco do Brasil S.A.	9	7	8	Meta cumprida
10º	Hospital Nossa Senhora da Conceição	0	0	0	Meta cumprida

5.1.6 Metas do CNJ específicas da Justiça do Trabalho em 2015:

a) “Para o 1º grau dos TRT que contabilizaram o prazo médio acima de 200 dias, reduzir em 1% o tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento em relação ao ano base de 2014”.

META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 PRAZO MÉDIO DA FASE DE CONHECIMENTO				
Prazo médio TRT4 2014 – fase de conhecimento	Prazo médio na Unidade em 2014	Prazo médio da Unidade em 2015	Prazo médio que deveria ter sido alcançado em 2015	Resultado
228,17	222,2	254,47	219,98	Meta não cumprida

b) “Aumentar em 1% o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014”.

META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 NÚMERO DE ACORDOS NA FASE DE CONHECIMENTO



	2013	2014	Média 2013/2014	2015	Meta para 2015	Resultado
Total de acordos	422	481	451,5	384	457	Meta não cumprida

5.2 METAS DO CNJ – ANO DE 2016

5.2.1 Meta 1: “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”.

META 1/2016 CNJ			
Distribuídos até 29.02.2016	Solucionados até 29.02.2016	%	Resultado parcial (até fevereiro)
178	116	65,17%	Período de apuração insuficiente para verificar cumprimento da meta

5.2.2 Meta 2: “Julgar, até 31.12.2016, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2014”.

META 2/2015 CNJ			
Processos não julgados até 31.12.2014	Processos distribuídos até 31.12.2014 e julgados entre 1º.01.2015 e 29.02.2016	%	Resultado parcial (até fevereiro)
597	496	83,08%	Período de apuração insuficiente para verificar cumprimento da meta

5.2.3 Meta 3: “Aumentar em 2% o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014”.

META 3/2016 CNJ						
	2013	2014	Média 2013/2014	2016 (até 29.02)	Meta para 2016	Resultado parcial (até fevereiro)
Total de acordos	422	481	451,5	43	461	Média parcial abaixo da necessária para cumprimento da meta
Média mensal de acordos	35,17	40,08	37,63	43,00	35,17	

5.2.4 Meta 5: “Baixar, em 2016, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução”.



META 5/2016 CNJ			
Casos novos de execução em 2016	Execuções baixadas* em 2016 (até 29.02)	Grau de Cumprimento	Resultado parcial (até fevereiro)
23	21	91,30%	Período de apuração insuficiente para verificar cumprimento da meta

* Segundo o Glossário das Metas de 2016, execuções baixadas correspondem aos processos de execução baixados definitivamente (Consulta e-Gestão D.06), bem como aquelas execuções em que pendente apenas pagamento de precatório, ou que pende apenas pagamento de custas processuais.

5.2.5 Meta 6: “Identificar e julgar até 31.12.2016 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2013, no primeiro grau, e até 31.12.2014, no segundo grau”.

META 6/2015 CNJ			
Ações coletivas não julgadas até 31.12.2013 (exceto os suspensos)	Ações coletivas distribuídas até 31.12.2013 e julgadas entre 1º.01.2014 e 29.02.2016	Grau de cumprimento	Resultado
2	2	100,00%	Meta já cumprida

5.2.6 Meta 7: “Identificar e reduzir em 2% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior”.

META 7/2016 CNJ				
Dez maiores litigantes TRT4, em 31.12.2015	Nº de processos tramitando na Unidade em 31.12.2015	Acervo atual (29.02.2016)	Número máximo de processos tramitando em 31.12.2016 para alcance da meta	Resultado parcial (até fevereiro)
1º Wms Supermercados do Brasil Ltda.	0	0	0	Período de apuração insuficiente para verificar cumprimento da meta
2º Estado do Rio Grande do Sul	1	2	0	
3º Clinsul Mão de Obra e Representação Ltda. (Em Recuperação Judicial)	0	0	0	
4º Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan	13	13	12	
5º União	0	0	0	
6º OI S.A.	3	3	2	
7º Proservi Serviços de Vigilância Ltda. (Em Recuperação Judicial)	0	0	0	
8º Caixa Econômica Federal - CEF	12	18	11	



9º	Banco do Brasil S.A.	7	7	6	
10º	Hospital Nossa Senhora da Conceição	0	0	0	

6 AUDIÊNCIAS E DESEMPENHO DOS JUÍZES

6.1 PERIODICIDADE E COMPOSIÇÃO (MÉDIAS) DA PAUTA

A Unidade realiza sessões de audiências regularmente às terças e quartas pela manhã e pela tarde. A composição média das sessões é especificada nos quadros abaixo.

	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Manhã	-	6(I) 4(P)	6 (I) 4 (P)	6(I)* 3(P)	-
Tarde	-	4(I) 2(S) 3(P)	(I) 2(S) 3(P)	-	-

(Fonte: Informação da Assistente-Chefe em 06.04.2016)

*Na primeira quinta-feira do mês é realizada uma pauta com 6 iniciais e 3 prosseguimentos.

Legenda:

I – Audiências iniciais de rito ordinário

U – Audiências unas de rito sumaríssimo

P – Audiências de prosseguimento

CPI – Cartas Precatórias Inquiritórias

E – Audiência de conciliação em processos em fase de execução

6.2 PAUTAS LIVRES

Tipo	Última Data Marcada	Próxima Data Livre
Inicial	31.05.2016	31.05.2016
Una Sumaríssimo	07.06.2016	08.06.2016
Instrução	09.11.2016	09.11.2016
Tentativa de acordo em execução	-	-

(Fonte: Informação da Assistente-Chefe em 06.04.2016)

6.3 PRAZO MÉDIO AUDIÊNCIAS INICIAIS

		Prazos médios (em dias)				
		2014	2015	Varição 2014-2015	2016 (até 31.03)	Varição 2015-2016
Do Ajuizamento da Ação até a Realização da 1ª Audiência	Média Sumaríssimo	40,5	65,62	62,02%	19,13	-70,85%
	Média Ordinário	50,13	73,08	45,78%	97,20	33,00%
	Média Geral	48,54	72,26	48,87%	84,58	17,05%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 14.04.2016)



O prazo médio das audiências iniciais no rito sumaríssimo teve seu prazo médio ampliado de 40,5 dias, em 2014, para 65,52 dias, em 2015 (aumento de 62,02). Outrossim, o prazo médio da audiência inicial do rito ordinário subiu de 50,13 dias, em 2014, para 73,08 dias, em 2015 (elevação de 45,78%).

É oportuno esclarecer, ainda, que os prazos médios apontados pelo Sistema e-Gestão levam em consideração todos os eventuais adiamentos de audiências determinados, o que pode elastecer a média verificada. O exame do tópico, portanto, deve ser realizado de forma conjunta com o item anterior, no qual constam informações sobre as pautas efetivamente disponíveis em consulta ao livro pauta no momento da inspeção.

6.4 PRAZO MÉDIO AUDIÊNCIAS DE ENCERRAMENTO DA INSTRUÇÃO

Prazos médios (em dias)						
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.03)	Variação 2015-2016
Da Realização da 1ª Audiência até o Encerramento da Instrução	Média Sumaríssimo	83	25,01	-69,87%	94,57	278,13%
	Média Ordinário	258,44	155,21	-39,94%	87,98	-43,32%
	Média Geral	247,12	135,58	-45,14%	87,98	-35,11%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 14.04.2016)

As audiências de prosseguimento no rito sumaríssimo, quando necessário, tiveram o prazo reduzido de 83 dias, em 2014, para 25,01 dias, em 2015 (-69,87%). Ademais, o rito ordinário registrou de 258,44 dias, em 2014, para 155,21 dias, em 2015 (-39,94%).

6.5 AUDIÊNCIAS REALIZADAS

2015					
Juiz (a)	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	TOTAL
Carolina Cauduro Dias de Paiva	497	381	65	1	944
Jaqueline Maria Menta	104	162	9	0	275
Kelen Patrícia Bagetti	74	43	8	1	126
Silvionei do Carmo	1	0	0	0	1
Total	676	589	82	2	1.349

2016 (até 31.03)					
Juiz (a)	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	TOTAL
Carolina Cauduro Dias de Paiva	154	95	16	1	266
Roberta Testani	45	26	5	0	76

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 14.04.2016)



6.6 ASSIDUIDADE DOS MAGISTRADOS

Em cumprimento ao disposto no art. 18, II, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, a assiduidade dos magistrados foi verificada por meio das informações obtidas nos itens 2.1.4, 6.1 e 6.5 do presente relatório, e também por meio da visita correcional. Constatase que, à exceção dos afastamentos listados no item 2.1.4, os juízes comparecem regularmente para realização de audiências e atuação na Unidade Judiciária.

6.7 PROCESSOS SOLUCIONADOS

Juiz (a)	2015					
	Com exame de mérito				Sem exame de mérito	Total de processos solucionados
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL	TOTAL	
Carolina Cauduro Dias de Paiva	247	115	1	363	61	424
Gustavo Friedrich Trierweiler	1	0	0	1	2	3
Jaqueline Maria Menta	104	107	1	212	34	246
Kelen Patrícia Bagetti	32	0	0	32	5	37
Milena Ody	0	30	0	30	0	30
Total	384	254	2	640	102	742

Juiz (a)	2016 (até 31.03)					
	Com exame de mérito				Sem exame de mérito	Total de processos solucionados
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL	TOTAL	
Carolina Cauduro Dias de Paiva	50	60	0	110	16	126
Kelen Patrícia Bagetti	0	1	0	1	0	1
Jaqueline Maria Menta	0	2	0	2	0	2
Milena Ody	0	2	0	2	0	2
Roberta Testani	17	6	0	23	9	32
Total	67	71	0	138	25	163

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 14.04.2016)

6.8 PROCESSOS CONCLUSOS PARA SENTENÇA HÁ MAIS DE 50 DIAS

Esta Corregedoria dá ênfase às sentenças não proferidas no prazo de 50 dias, em atenção à Recomendação CGJT nº 01/2013.

A atual Juíza Substituta lotada, **Carolina Cauduro Dias de Paiva**, possui **114** processos pendentes de prolação de sentença há mais de 50 dias, sendo a conclusão mais antiga datada de 19.06.2015.

Não foram apontados processos pendentes de prolação de sentença há mais de 50 dias em relação ao Juiz Substituto anteriormente lotado, **Gustavo Friedrich Trierweiler**.



A Juíza Substituta **Kelen Patrícia Bagetti** possui **38** processos pendentes há mais de 50 dias, sendo a conclusão mais antiga datada de 27.10.2015.

A Juíza substituta, **Milena Ody**, possui **01** processo pendente há mais de 50 dias, sendo a conclusão datada de 25.09.2015.

Em relação à Juíza Substituta, **Jaqueline Maria Menta**, o sistema registra **01** processo pendente há mais de 50 dias – “Antecipações de Tutela pendentes com o juiz” - com conclusão em 09.04.2015 (0010220-52.2014.5.04.512). Trata-se, contudo, de equívoco a ser corrigido pela secretaria.

A Juíza Substituta designada, **Roberta Testani**, não possui processos pendentes de prolação de sentença há mais de 50 dias.

No total, há **153** processos conclusos para sentença há mais de 50 dias no Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Nova Prata.

(Fonte: Consulta ao Projeto BI TRT4 em 04.04.2016, com dados consolidados pelo Projeto até o dia 31.03.2016 para processos que tramitam no Sistema PJe e no Sistema inFOR. Mais de 50 dias: 09.02.2016)

7 ROTINAS DE SECRETARIA

O trabalho na unidade é realizado por tarefa nos processos físicos e por carteira nos processos eletrônicos.

7.1 EXPEDIÇÃO DE NOTIFICAÇÕES E OFÍCIOS

As notificações e ofícios urgentes são cumpridos de imediato e os demais documentos são expedidos, no máximo, até 15 dias após a determinação do juiz.

7.2 EXPEDIÇÃO DE MANDADOS, PRECATÓRIOS E RPV'S

No dia da correição estava sendo cumprido mandados assinados no dia 16.03.2016.

7.3 EXPEDIÇÃO DE ALVARÁS

Não havia processos pendentes para expedição de alvarás.

7.4 DESPACHOS DE PROTOCOLO

No dia da correição estava sendo apreciada as petições protocoladas no dia 04.04.2016.

7.5 CERTIFICAÇÃO DE PRAZO

Por ocasião da correição estava sendo certificado o prazo até o dia 08.03.2016.



7.6 REMESSA DE AUTOS AO TRT

A remessa de processos ao TRT é realizada uma vez por semana.

7.7 CONVÊNIOS

A unidade utiliza todos os convênios disponibilizados.

7.8 ARQUIVAMENTO DE PROCESSOS

O arquivamento de processos é realizado semanalmente e não havia pendências no dia da correição.

7.9 PROCEDIMENTO EM RELAÇÃO AO BNDT

A inscrição do BNDT é feita após o BacenJud negativo. A retirada do BNDT é realizada no momento da determinação de expedição dos alvarás.

7.10 EXAME DOS LIVROS

7.10.1 Advogados – Cargas Vencidas há mais de 10 dias

	Processo	Prazo	Tempo Excedido para Devolução dos Autos
1	0010154-12.2013.5.04.0511*	22.02.2016	15 dias
2	0010501-76.2012.5.04.0512*	22.02.2016	15 dias
3	0010307-08.2014.5.04.0512*	24.02.2016	13 dias

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 07.03.2016)

* Expedida notificação para devolução dos autos em 26.02.2016.

Conforme consulta ao Sistema inFOR, verificou-se que, embora estejam vencidos os prazos de devolução de autos há mais de 10 dias, há visível empenho pela Unidade Judiciária para a cobrança e devolução desses processos.

7.10.2 Peritos – Cargas Vencidas há mais de 10 dias

Conforme consulta ao Sistema inFOR em 07.03.2016, verificou-se que não constam processos em carga com peritos com prazo vencido há mais de 10 dias.

7.10.3 Mandados – Prazos Vencidos há mais de 10 dias

	Carga OJ	Processo	Prazo	Tempo Excedido para Devolução do Mandado
1	511-00268/14	0136500-18.2007.5.04.0511*	03.12.2014**	-



(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 07.03.2016)

* Não consta baixa do mandando na tramitação, apenas “excluído movimento”.

** Segundo informação da Assistente-Chefe o mandado está com a Oficiala de Justiça Tatiana e não havia sido devolvido até aquele momento.

8 EXAME DOS PROCESSOS

Para as análises realizadas nos itens seguintes, foram extraídas duas listagens distintas no sistema inFOR. No item 8.1, são analisados 09 autos físicos, escolhidos a partir da listagem de 50 processos aleatórios gerada pelo Sistema e disponibilizada para fins de correção à Assessoria Jurídica da Corregedoria. Para a análise do item 8.2, extraiu-se do sistema inFOR, em 07.03.2016, uma listagem de processos sem movimentação há mais de 30 dias, a qual totalizou **281 processos**. Esse item verifica, por amostragem, a correção dos andamentos lançados pela Unidade Judiciária.

8.1 ANÁLISE DOS PROCESSOS FÍSICOS

1	0010003-72.2015.5.04.0512
Aspectos gerais dos autos*: Lançamento de certidões pelos estagiários no verso das fls. 22, 55, 60 e 64. Movimentação processual: Demora no impulso processual; despacho de 15.12.2015 determina a notificação das partes para que digam sobre a prova que pretender produzir - fl. 59; notificação cumprida somente em 29.01.2016 – fl. 60.	
2	0106600-16.2009.5.04.0512
Aspectos gerais dos autos*: Termo de remessa firmado por estagiário (fl. 300-v). Movimentação processual: Sem impulso processual desde 28.01.2015, quando houve determinação para penhora BACEN (fl. 297). Na contracapa dos autos, há folhas com impressão de resultado de consulta por CPF/CNPJ com data de 22.12.2015.	
3	0000103-44.2010.5.04.0511
Aspectos gerais dos autos*: certidão firmada por estagiário (fl. 604-v). Movimentação processual: determinações do despacho da fl. 609, datado de 26.11.2015, exceto itens 1 e 2, sem cumprimento até a remessa dos autos, em que pese decorridos mais de trinta dias do prazo concedido na notificação à parte autora (fl. 610); não houve notificação da reclamada para pagamento do valor remanescente conforme cálculo da fl. 612.	
4	0010101-31.2013.5.04.0511
Aspectos gerais dos autos*: certidão firmada por estagiário (fls. 157 e 158). Autuação nos autos físicos não confere com o sistema inFOR, no qual constam cinco reclamados. Há certidão na capa incluindo uma reclamada no polo passivo, quando já houve inclusão de três (dois sócios e uma empresa). Não houve determinação de exclusão do Município de Nova Araçá, em que pese extinta a ação, conforme sentença transitada em julgado (fls. 105-v e 109). Movimentação processual: nada a apontar. Principais entraves: localização do patrimônio dos sócios da empresa, já que Alcides foi citado por edital (fl. 158). Há determinação para redirecionamento da execução em face de empresa integrante do grupo econômico (fl. 164) em data de 18.09.2015).	
5	0010274-21.2014.5.04.0511
Aspectos gerais dos autos*: devolução dos autos sem identificação do servidor e data (fl.	



165); termo de recebimento firmado por estagiário (fl. 175-v). **Movimentação processual:** conclusos em 09.04.2015 e publicação da sentença em 31.08.2015; intimação das partes em 18.09.2015; acordo homologado (fl. 203).

6 0010187-62.2014.5.04.0512 + 0010004-57.2015.5.04.0512 (AI)

Aspectos gerais dos autos*: Certidões e termos firmados por estagiários, como por ex. fl. 118-v, 136, 137, 138, 150, 155-v. **Movimentação processual:** nada a apontar.

7 0010333-74.2012.5.04.0512

Aspectos gerais dos autos*: termo de recebimento e certidão firmados por estagiário (fls. 916-v, 1034, 1036 e 1038-v. **Movimentação processual:** nada a apontar, exceto o não cumprimento, até o presente momento, do determinado em acórdão das fls. 840-v, quanto à recomendação conjunta GP CGJT nº2/2011 e ofício TST.GP nº 218/2012.

8 0081100-45.2009.5.04.0512

Aspectos gerais dos autos: Documento reduzido sem numeração e rubrica a fl. 325-v, 327-v, 328-v, 329-v, 331-v. **Movimentação processual:** Concedida carga dos autos ao autor em 01.08.2014, tendo sido expedido mandado de busca e apreensão em 09.10.2014 e devolução dos autos em 28.10.2014. **Principais entraves:** Processo desarquivado após julgamento de embargos de terceiros (fl. 280 e seguintes) para prosseguimento da execução com a venda do bem objeto de penhora, além de outras providências determinadas à fl. 318, como protesto do título executivo.

9 0010169.46.2011.5.04.0512

Aspectos gerais dos autos*: termos e certidões firmadas pelos estagiários como por ex. fl. 719-v e 724-v; autos suplementares das fls. 715 juntados extemporaneamente. **Movimentação processual:** Embargos à execução opostos em 10.08.15 (fls. 706), com resposta do autor às fls. 720/721 em 28/09, e a primeira ré notificada por edital à fl. 724; autos conclusos ao juiz desde 18.11.2015, sem decisão até a remessa dos autos para análise (fl. 724). Obs.: No INFOR, consta a exclusão do movimento “autos conclusos -18.11.2015” em 17.02.2016, antes da remessa a esta Corregedoria.

* Os **aspectos gerais dos autos** são analisados a partir do início do período correccionado, em janeiro de 2015.

8.2 IRREGULARIDADES NOS ANDAMENTOS NO INFOR

No quadro abaixo, são listadas as **práticas irregulares** da Unidade quando do registro de andamentos no INFOR, auferidas no exame da listagem de processos sem movimentação há mais de 30 dias, extraída em 07.03.2016.

Ausência de prazo final do acordo ou acordo com prazo vencido – Processos Exemplos:	
0010146-98.2014.5.04.0511	0010323-62.2014.5.04.0511
0010322-77.2014.5.04.0511	0010226-62.2014.5.04.0511
0010300-16.2014.5.04.0512	
Autos aguardando arquivamento – Processos Exemplos:	
0000917-56.2010.5.04.0511	0010385-73.2012.5.04.0511
0022100-93.2004.5.04.0511	0010140-88.2014.5.04.0512
0001200-52.2005.5.04.0512	



Carta precatória com registros desatualizados aguardando devolução à origem ou devolvida à origem sem andamento – Processos Exemplos:	
0010160-82.2014.5.04.0511	0010363-75.2013.5.04.0512
0010176-33.2014.5.04.0512	
Demora no impulso processual – Processos Exemplos:	
0126800-52.2006.5.04.0511	0108600-94.2006.5.04.0511
0010270-52.2012.5.04.0511	8002100-09.1999.5.04.0511
0038600-66.2006.5.04.0512	0000696-70.2010.5.04.0512
0010522-52.2012.5.04.0512	0010367-15.2013.5.04.0512
Registros desatualizados – Processos Exemplos:	
0001504-78.2010.5.04.0511	0010044-81.2011.5.04.0511
0010071-64.2011.5.04.0511	0010318-74.2013.5.04.0511
0010026-57.2011.5.04.0512	0010283-48.2012.5.04.0512
Petição protocolada aguardando apreciação do Juízo – Processos Exemplos:	
0010293-95.2012.5.04.0511	0134300-72.2006.5.04.0511
0094000-97.2008.5.04.0511	0083600-84.2009.5.04.0512
Processo aguardando remessa ao TRT para julgamento do(s) recurso(s) – Processos Exemplos:	
0010350-45.2014.5.04.0511	0010004-60.2015.5.04.0511
Processo recebido do TRT/TST sem andamento – Processos Exemplos:	
0010381-96.2013.5.04.0512	

8.3 EXAME DOS PRESSUPOSTOS RECURSAIS

Conforme informação prestada pela Assistente-Chefe a Unidade Judiciária **observa** a norma contida no art. 18, I, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, havendo pronunciamento explícito nos autos acerca do exame dos pressupostos de admissibilidade dos recursos encaminhados ao Tribunal.

8.4 LIBERAÇÃO DE DEPÓSITO RECURSAL

Conforme informação prestada pela Assistente-Chefe o valor de depósito recursal é atualizado e descontado do valor da citação. Não havendo pagamento da dívida, transcorrido prazo de embargos, é liberado o valor ao credor.



8.5 CITAÇÃO DO(S) SÓCIO(S) EM CASO DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DA EXECUTADA

Conforme informação da Assistente-Chefe, a Unidade **não determina** a citação do(s) sócio(s) em caso de descon sideração da personalidade jurídica da empresa executada, por meio de decisão fundamentada, para que no prazo de 48 horas, indique(m) bens da sociedade (artigo 596 do CPC) ou, em não os havendo, garanta a execução, sob pena de penhora, com o fim de habilitá-lo(s) à via de embargos à execução para imprimir, inclusive, discussão sobre a existência ou não da sua responsabilidade executiva secundária (art. 18, V, “g”, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho de 2012 e art. 26, V, “g” da Consolidação vigente a partir de 16.03.2016). Por ocasião da correição, a **Assistente-Chefe informou que a realização do BacenJud ocorre antes da citação dos sócios.**

Tal constatação é relativa ao período anterior ao novo Código do Processo Civil, não havendo, ainda, procedimento apurado após.

9 PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO - PJe

Conforme Cronograma de Implantação do Processo Judicial Eletrônico deste Regional aprovado pelo TST, o PJe foi implantado na Unidade Judiciária em 05.09.2014.

Foram analisados alguns agrupadores e caixas representativos da movimentação e gerenciamento, pela Secretaria, dos processos que tramitam no meio eletrônico. A análise foi efetuada na data da inspeção. A posição dos agrupadores na data da visita correcional, é a que segue:

Agrupador	Quantidade de Processos
Processos com pedido de sigilo nos documentos não apreciados	26
Processos com petições avulsas	06
Processos om habilitações nos autos não lidas	60
Processos com petições não apreciadas	100
Mandados devolvidos pelo Oficial de Justiça	26
Processos com audiências não designadas	35
Processos aguardando encaminhamento do secretário de audiência (atas assinadas)	26

Em relação aos agrupadores, o denominado “Processos com Petições não apreciadas”, o processo mais antigo (0022278-56.2015.5.04.0511) é de 23.03.2016, primeiro dia do feriado de páscoa. No “Processos com audiências



não designadas”, o mais antigo é de novembro de 2015, mas já há sentença proferida, sendo recomendável, pois, atualizar este agrupador. O mais antigo sem marcação de audiência é de 19.03.2016.

Verifica-se, de outra parte, que o Posto está bem organizado em relação às tarefas e caixas criadas no interior da tarefa, o que facilita a visualização e compreensão dos andamentos processuais executados nos processos eletrônicos, embora haja algumas considerações a serem feitas.

Em relação às tarefas da fase de conhecimento, na “Aguardando Cumprimento de Providência”, na caixa “Gilberto”, há processo (0021869-80.2015.5.04.0511) pendente desde 26.01.2016. No caso, as partes foram notificadas da sentença, e o último dia de prazo foi em 25.01.2016. O processo deve ser impulsionado.

Na tarefa “Intimações Automáticas com Pendências” nos processos 0020338-56.2015.5.04.0511, com sentença proferida em 29.03.2016, e 00386-49.2014.5.04.0511 com sentença proferida em 26.02.2016, as partes não foram intimadas.

Na tarefa “Prazos Vencidos” há um processo pendente desde 08.03.2016 (0020888-51.2015.5.04.0511), outros desde 15.03.2016 (0020079-58.2015.5.04.0512 e 0020089-08.2015.5.04.0511). Os demais estão entre os dias 23 (feriado) e 30.03.2016.

Na tarefa “Trânsito em julgado”, há processos pendentes, os mais antigos de 01.02.2016 e 13.02.2016, caso, respectivamente, dos de número 0020089-05.2015.5.04.0512 e 0020928-30.2015.5.04.0512.

Observa-se no processo 0021688-79.2015.5.04.0511, que a audiência foi realizada em 05.11.2015, e no dia seguinte já estava na tarefa “minutar sentença”, a demonstrar que a unidade faz os autos conclusos logo após o encerramento da instrução.

Na aba Liquidação, na tarefa “Análise de Liquidação” há processos pendentes desde 26.02.2016, os de número 0020298-11.2014.5.04.0511 e 0020698-15.2015.5.04.0511 (com despacho proferido sem andamento posterior).

Em “Prazos Vencidos”, também na fase de Liquidação, há processo pendente desde 30.01.2016, o de número 0020498-81.2015.5.04.0511, que deve ser remetido ao perito.

Na fase de Execução, na tarefa “Aguardando Cumprimento de Providência – Exec” o processo 0021888-83.2015.5.04.0512 está pendente desde 10.12.15, aguardando devolução da carta precatória.

Em “Aguardando Término dos Prazos”, no processo 0020218-73.2016.5.04.0512, o sistema fechou o prazo mas não o tirou da tarefa, provavelmente por ter considerado o 48 registrado pela vara como dias e não como horas. Em casos de prazos de 48h é recomendável que se registre 2 (dias).

Na “Análise de Execução”, o processo 0020447-70.2015.5.04.0511 está parado desde 22.11.2015.



10 SERVIÇO DE APOIO TEMPORÁRIO – SAT

Não houve atuação da equipe do Serviço de Apoio Temporário durante o período correccionado.

11 CONSIDERAÇÕES SOBRE A UNIDADE

A Unidade possui excelente organização, com servidores e Magistrados empenhados na busca de uma prestação jurisdicional célere e eficaz. As instalações físicas são excelentes contemplando dois gabinetes para juízes.

As rotinas de secretaria apontadas no item 7 demonstram o bom andamento dos processos pela atuação diligente da gestora e servidores da unidade.

Com o intuito de melhorar o prazo médio das audiências iniciais, tanto do rito sumaríssimo como ordinário, sugere-se a designação de mais um turno de pauta somente para iniciais.

Os prazos médios de tramitação dos processos na fase de conhecimento e na fase de liquidação estão dentro dos parâmetros das demais unidades com a mesma faixa de movimentação processual, no entanto, necessário um empenho maior para redução do prazo médio de tramitação dos processos na fase de execução.

Por ocasião da correição, foi possível constatar que existe uma ótima integração entre os servidores e um comprometimento de toda equipe com o trabalho, mesmo com o expressivo número de processos que tramita na unidade.

Diante do acima relatado, a Unidade merece ser parabenizada pelo ótimo andamento do trabalho.

12 RECOMENDAÇÕES

ITEM 3.6 (Incidentes Processuais)

Recomenda-se que, periodicamente, sejam consultadas as tabelas do sistema e-Gestão para verificação dos incidentes processuais há mais de seis meses pendentes de decisão, com correção dos andamentos informatizados, quando for o caso.

ITEM 5.2.1 (Meta CNJ 1/2016)

Recomenda-se à Unidade Judiciária que adote as medidas necessárias para o cumprimento dessa meta, considerando-se que o número de processos solucionados em 2015 foi inferior ao número de processos distribuídos no mesmo período (item 5.1.1), de forma que a meta CNJ 1/2015 não foi cumprida pela Unidade Judiciária.



ITEM 5.2.3 (Meta CNJ 3 – 2016)

Recomenda-se à Unidade Judiciária que empreenda esforços para o aumento do número de conciliações nesse ano, de forma a atingir a referida meta, considerando-se que a meta correspondente do ano de 2015 não foi cumprida (item 5.1.6, b).

ITEM 5.2.4 (Meta CNJ 5 - 2015)

Recomenda-se à Unidade Judiciária que envide esforços no arquivamento definitivo do maior número de execuções possível, sugerindo-se incremento na marcação de audiências para tentativa de conciliação, bem como a utilização dos convênios disponibilizados por este TRT4 (Bacen Jud, HOD, Infojud, RENAJUD, JUCERGS, CEEE, INFOSEG, etc.) a fim de simplificar os atos processuais da fase de execução. Recomenda-se ainda que sejam tomadas providências para que a revisão final do processo e o seu arquivamento definitivo sejam rotinas prioritárias da Unidade Judiciária.

ITEM 6.3 (Prazo médio das audiências iniciais)

Recomenda-se que, quando da organização da pauta de audiências, a Unidade observe o caráter prioritário dos processos do rito sumaríssimo, e adote as providências necessárias para o cumprimento do prazo de 15 dias para designação da audiência inicial, estabelecido no art. 852-B, III, da CLT, assim como que não seja excedido o lapso de 40 dias para marcação de audiências iniciais

ITEM 9 (Processo Judicial Eletrônico)

Recomenda-se à Unidade que mantenha atualizados os agrupadores, em especial o relativo às audiências não designadas, e quando se tratar de prazo de 48h faça o registro 2 (dias) no sistema.

13 DETERMINAÇÕES ESPECÍFICAS

13.1. SECRETARIA

ITEM 3.5.3 (Banco Nacional de Devedores Trabalhistas)

Determina-se que a Unidade Judiciária:

- a) efetue a exclusão dos devedores do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) nos processos nº 0000996-35.2010.5.04.0511, com o registro no campo “quitado” na respectiva aba do sistema inFOR. Destaca-se que esse procedimento deve ser sempre efetuado com prioridade, nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011;
- b) em face do despacho proferido em 09.06.2015 e do arquivamento definitivo do processo, sem registro de débito pelo reclamante, justifique a Secretaria



a manutenção dos dados da devedora solidária/subsidiária junto ao BNDT no processo nº 0130800-32.2005.5.04.0511. Em caso de equívoco, deverá ser registrada a quitação do débito no sistema inFOR para exclusão dos dados do segundo reclamado do BNDT; caso contrário, deverá ser excluído o andamento que registrou o arquivamento definitivo do processo e substituído pelo arquivamento provisório, com registro do débito da reclamada; o mesmo procedimento deverá ser realizado nos processos nº 0130800-32.2005.5.04.0511 (segundo e terceiro reclamados), nº 0010016-16.2011.5.04.0511, nº 0010292-39.2014.5.04.0512 (terceiro, quarto e quinto reclamados), 0008300-90.2007.5.04.0511 (segundo e terceiro reclamados).

ITEM 3.6 (Incidentes Processuais)

Determina-se que a Unidade Judiciária:

- a) lance os andamentos informatizados, com data retroativa, relativos à conclusão e à extinção dos embargos à execução apresentados pela reclamada no processo nº 0154600-50.2009.5.04.0511;
- b) exclua a conclusão para apreciação de antecipação de tutela lançada em 02.06.2014, substituindo-a por conclusão para mero despacho, o que retirará a pendência da antecipação de tutela junto ao sistema e-Gestão;
- c) lance os andamentos informatizados, com data retroativa, relativos à conclusão e à extinção da impugnação à sentença de liquidação apresentada pelo reclamante no processo nº 0010161-35.2012.5.04.0512.

ITEM 5.2.2 (Meta CNJ 2/2015)

Determina-se à Unidade Judiciária que adote as medidas necessárias ao cumprimento dessa meta, destacando-se a necessidade de julgamento de, no mínimo, 42 processos dentre aqueles distribuídos até 31.12.2014 ainda pendentes na fase de conhecimento para alcance do percentual exigido.

Para tanto, sugere-se que a Unidade consulte o relatório “A.1.3.2 – Pendentes de Solução por Ano do Processo” disponível no sistema e-Gestão através do caminho e-Gestão → 1ª Instância → 3–Relatórios Gerenciais → A-Das Varas do Trabalho → 1-Conhecimento → 3-Pendentes de Solução. Tão logo se visualize o relatório, deve-se filtrar os resultados específicos da Unidade através do campo “Município-Vara (Todos os Valores)▼”, não somente na aba “1.Resumo por Ano do Processo”, mas também na aba “Lista de Processos”.

ITEM 6.8 (Processos Concluídos para sentença há mais de 50 Dias)

Determina-se à Unidade Judiciária que corrija o andamento do processo 0010220-52.2014.5.04.0512, que consta como pendente para a Juíza Jaqueline Maria Menta.



ITEM 7.10.3 (Mandados – Prazo vencido há mais de 10 dias)

Determina-se o cumprimento imediato e a devolução do mandado listado no item 7.10.3 deste relatório correccional.

8.2 (Irregularidades nos andamentos no InFOR)

A listagem de andamentos sem movimentação há mais de 30 dias resultou em **281 processos parados**. Desta totalidade, excetuam-se os processos em situação regular (aguardam cumprimento de acordo, julgamento de Agravo de Instrumento ou Recurso de Revista, pagamento de precatório, andamento de outros processos, estão com prazo em andamento, suspensos/sobrestados/conclusos ou sendo movimentados pela Secretaria). Determina-se que a Unidade Judiciária regularize, com a maior brevidade possível, os andamentos processuais abaixo exemplificados e todos que estejam em situação similar. Para tanto:

- a) indique o prazo final dos acordos homologados ou certifique o seu vencimento em processos como os de nº 0010146-98.2014.5.04.0511, 0010323-62.2014.5.04.0511, 0010322-77.2014.5.04.0511, 0010226-62.2014.5.04.0511, 0010300-16.2014.5.04.0512, dentre outros;
- b) archive os autos de processos como os de nº 0000917-56.2010.5.04.0511, 0010385-73.2012.5.04.0511, 0022100-93.2004.5.04.0511, 0010140-88.2014.5.04.0512, 0001200-52.2005.5.04.0512, dentre outros;
- c) tome as providências necessárias para dar prosseguimento ao feito em processos como os de nº 0126800-52.2006.5.04.0511, 0108600-94.2006.5.04.0511, 0010270-52.2012.5.04.0511, 8002100-09.1999.5.04.0511, 0038600-66.2006.5.04.0512, 0000696-70.2010.5.04.0512, 0010522-52.2012.5.04.0512, 0010367-15.2013.5.04.0512, dentre outros;
- d) diligencie no sentido de apreciar as petições protocoladas em processos como os de nº 0010293-95.2012.5.04.0511, 0134300-72.2006.5.04.0511, 0094000-97.2008.5.04.0511, 0083600-84.2009.5.04.0512, dentre outros;
- e) devolva Cartas Precatórias ou dê andamento às devolvidas em processos como os de nº 0010160-82.2014.5.04.0511, 0010363-75.2013.5.04.0512, 0010176-33.2014.5.04.0512, dentre outros;
- f) dê andamento a processos recebidos do TRT/TST de processos como os de nº 0010381-96.2013.5.04.0512, dentre outros;
- g) atualize os registros dos processos como os de nº 0001504-78.2010.5.04.0511, 0010044-81.2011.5.04.0511, 0010071-64.2011.5.04.0511, 0010318-74.2013.5.04.0511, 0010026-57.2011.5.04.0512, 0010283-48.2012.5.04.0512, dentre outros;
- h) efetue a remessa dos autos ao TRT como nos processos de nº 0010350-45.2014.5.04.0511, 0010004-60.2015.5.04.0511, dentre outros.



ITEM 9 (Processo Judicial Eletrônico – PJe)

Determina-se à Unidade que impulse os processos 0021869-80.2015.5.04.0511, 0020338-56.2015.5.04.0511, 00386-49.2014.5.04.0511, 0020888-51.2015.5.04.0511, 0020079-58.2015.5.04.0512, 0020089-08.2015.5.04.0511, 0020298-11.2014.5.04.0511, 0020698-15.2015.5.04.0511, 0020498-81.2015.5.04.0511, 0021888-83.2015.5.04.05120020218-73.2016.5.04.0512 e 2220447-70.2015.5.04.0511, e ainda, que movimente todos os processos constantes da tarefa “Trânsito em Julgado” pendente até 48h antes da data da correção..

13.2 MAGISTRADOS

ITEM 6.8 (Sentenças com Prazo Excedido)

Determina-se que as Juízas **Carolina Cauduro Dias de Paiva**, **Jaqueline Maria Menta**, **Kelen Patrícia Bagetti** e **Milena Ody** profiram as sentenças nos processos conclusos há mais de 50 dias, com a maior brevidade possível, devendo ser observada a cronologia das datas de conclusão, priorizando aqueles há mais tempo pendentes de julgamento.

A Juíza **Milena Ody** deve julgar a sua pendência em 05 dias.

As Juízas **Carolina Cauduro Dias de Paiva** e **Kelen Patrícia Bagetti** devem apresentar, em 05 dias, plano de trabalho para redução de seu resíduo.

O cumprimento dessa determinação será acompanhado pela Secretaria desta Corregedoria, mediante expediente próprio para cada magistrado.

14 DETERMINAÇÕES GERAIS

ITEM 3.5.3 (Banco Nacional de Devedores Trabalhistas)

Determina-se que a Unidade Judiciária:

- efetue a devida anotação quando houver garantia da execução (por depósito, bloqueio de numerário ou penhora de bens suficientes devidamente formalizada) no respectivo campo do sistema informatizado;
- sempre que determinada a extinção da execução ou o arquivamento dos autos, verifique a situação dos executados em relação ao BNDT, evitando, assim, as situações descritas no item 3.5.3.

ITEM 8.1 (Análise dos Processos Físicos)

Determina-se que a Unidade Judiciária:

- objetivando a certeza dos atos processuais, observe a correta elaboração de termos e certidões, de maneira legível, fazendo constar a data (art. 148 da CPC/2015 e art. 58 da CPG) e evitando lacunas e espaços em branco (art. 171 do CPC), certificando-se, ainda, de que estejam devidamente



assinados e identificado o signatário (art. 150 da CPCr e artigos 57 e 58 da CPCG);

- b) atente para os prazos previstos para a prática dos atos processuais e cumpra, de imediato, as determinações contidas nos despachos, conforme determina o art. 190 do CPC;
- c) retire, periodicamente, listagem de processos sem movimentação processual há mais de 90 dias para que se evite situação similar àquela verificada no processo nº 0010169-46.2011.5.04.0512.

15 SOLICITAÇÕES PARA A ADMINISTRAÇÃO

A Assistente-Chefe solicitou a reposição de dois servidores, tendo em vista que houve duas remoções recentemente, sem a substituição até o momento. O pleito será encaminhado à Diretoria Geral para apreciação.

16 PRESENCAS

Além do tempo destinado à conclusão da inspeção e ao contato direto com a Assistente-Chefe do Posto e os servidores da Unidade Judiciária, a Corregedora Regional esteve na Secretaria do Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Nova Prata, das 10h às 11h, à disposição das partes, dos advogados, dos peritos e de quaisquer interessados para tratarem de questões referentes a esse Posto Avançado. Compareceram representantes do Jornal Correio Livre e da Rádio Prata. Compareceram, também, os representantes da OAB Subseção de Nova Prata, o presidente Dr. Alcione Grazziotin e a vice-presidente Dra. Glaziela Cananova Gasparetto.

17 PRAZO PARA RESPOSTA

17.1 A Assistente-Chefe deverá cientificar os servidores lotados na Unidade Judiciária das recomendações e das determinações contidas neste Relatório de Inspeção, estabelecendo-se o prazo de 30 dias para comunicação pormenorizada à Assessoria Jurídica da Corregedoria sobre a adoção das medidas necessárias ao integral suprimento de cada uma das inconsistências detectadas, inclusive quanto a cada um dos processos especificados.

17.2 As Juízas **Carolina Cauduro Dias de Paiva, Kelen patricia Bagetti e Milena Ody** deverão atender as determinações respectivas constantes deste relatório, observados os prazos estipulados.

18 ENCERRAMENTO

Registra-se a cordialidade dispensada pela Juíza Substituta designada, Roberta Testani, pela Assistente-Chefe, Maria Augusta Brusque da Silva e pelos servidores presentes na Unidade Judiciária, prestando importante colaboração para o bom encaminhamento da inspeção correcional. E, para os devidos fins, é por mim, Guy de Bruchard, Assessor Jurídico da Corregedoria, lavrado o presente Relatório, que é assinado pela Corregedora Regional e



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

publicado nesta data, em virtude da correição junto à 1ª Vara do Trabalho de Porto Alegre, no dia 20.04.2016.

Maria da Graça Ribeiro Centeno
Corregedora Regional